

Burguesia dependente e crise de hegemonia no Brasil¹

Dependent bourgeoisie and crisis of hegemony in Brazil

Isabela Ramos Ribeiro*  

Resumo: O artigo em tela trata do papel da burguesia dependente na composição do bloco no poder e na crise de hegemonia estabelecida em 2013 no Brasil, bem como as características dessa crise que perpassa diversos governos. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico em artigos, teses, dissertações e livros que tratam do tema. São apresentados pressupostos acerca da dependência e da hegemonia no contexto brasileiro, para posteriormente compreender a crise econômica a partir de 2011, a crise de hegemonia estabelecida em 2013, durante o governo Dilma, e os embates posteriores entre as frações burguesas que permitem afirmar que a crise ainda está em curso, mesmo após os ajustes internos no bloco no poder.

Palavras-chaves: Dependência; Bloco no poder; Crise de hegemonia; Frações burguesas; Estado.

Abstract: This article deals with the role of the dependent bourgeoisie in the composition of the power bloc and in the crisis of hegemony established in 2013 in Brazil, as well as the characteristics of this crisis that has affected several governments. To this end, a bibliographical survey was carried out in articles, theses, dissertations and books that deal with the subject. Assumptions about dependence and hegemony in the Brazilian context are presented, in order to subsequently understand the economic crisis since 2011, the crisis of hegemony established in 2013, during the Dilma government, and the subsequent clashes between the bourgeois fractions that allow us to affirm that the crisis is still ongoing, even after the internal adjustments in the power bloc.

Keywords: Dependence; Power bloc; Crisis of hegemony; Bourgeois fractions; State.

Introdução

Este artigo trata da organização da burguesia dependente brasileira na conformação da hegemonia no período recente, e compõe um esforço de compreensão da realidade a partir do “prisma latino-americano”², o qual permite não apenas acoplar uma nova teoria aos

¹ O artigo revisita e atualiza as discussões provenientes da tese de doutorado “Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018” (Ribeiro, 2020).

* Universidade de Brasília. E-mail: ramosribeiro.isabela@gmail.com

² Nos termos de Paiva, Rocha e Carraro (2010, p. 168), “o prisma latino-americano [...] reporta à tentativa de contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva autônoma e crítica do modo de perceber o mundo, ou seja,

conhecimentos produzidos, mas subverter o *ponto de partida*. As categorias de hegemonia e bloco no poder, pautadas no estudo de Gramsci e Poulantzas, devem ser consideradas como aportes teórico-metodológicos na medida em que auxiliam na compreensão de nossa realidade concreta. Da mesma forma, aquelas contribuições fundamentais deixadas pelo conjunto de autores vinculados à Teoria Marxista da Dependência (TMD) só passam a ter sentido quando postas em movimento, no exercício constante de análise e transformação do existente.

Com os pés neste solo político e teórico se pretende avançar para apreender como a burguesia dependente exerce o poder no Brasil, a partir da construção da hegemonia – entendida como a organização da dominação burguesa que varia de acordo com cada formação social e conjuntura. No caso do desenvolvimento capitalista no Brasil, a burguesia nasce atrelada a interesses externos, e com a necessidade de se articular ao capital internacional no processo de industrialização (Marini, 2012a; Bambirra, 2012). Nesse sentido, conforma-se a questão sobre a natureza histórica da burguesia brasileira e o papel que cumpre na articulação da hegemonia, considerando suas diversas frações e a contínua transferência de valor da periferia para o centro.

Tem especial importância o papel do Estado, que condensa as relações entre as classes (Poulantzas, 2015; Osorio, 2014), inclusive as de subordinação da burguesia local frente ao imperialismo. Sob tal determinação, o aparelho estatal desenvolve inúmeros mecanismos que garantem a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho, favorecendo e priorizando determinadas frações da burguesia, as quais explicitam suas necessidades ao Estado.

Nesse sentido, o objetivo traçado é evidenciar o papel da burguesia dependente na crise de hegemonia estabelecida em 2013 no Brasil, bem como as características dessa crise. A pesquisa se pautou em aproximações sucessivas para elucidar a estrutura e dinâmica do objeto, (Netto, 2011), nesse caso, a relação da burguesia brasileira dependente com a crise, indo além de sua aparência. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico em artigos, teses, dissertações e livros que tratam do tema, com foco nas discussões sobre bloco no poder, crise de hegemonia, crise econômica, frações burguesas, dependência, governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.

Em síntese, o texto se organiza da seguinte forma: na primeira seção são retomadas as análises da TMD para caracterizar a burguesia dependente. Posteriormente, são apresentados

especialmente partindo da concreticidade de um espaço/tempo que nos pertence, que encerra determinadas contradições por ter uma peculiaridade histórica que deve ser resgatada, defendida e analisada, buscando-se apreender as veias mais entranháveis do continente, o cerne que nos faz a todos - povos de distintas nações - latino-americanos”.

alguns pressupostos com relação ao debate sobre hegemonia e bloco no poder para então discutir a crise econômica a partir de 2011, a crise de hegemonia estabelecida em 2013, durante o governo Dilma, e os embates posteriores que permitem afirmar que a crise ainda está em curso.

Por que a burguesia brasileira é dependente?

Gunder Frank (1978), em seu texto “Lumpenburguesía: lumpendesarollo”, trabalha as classes sociais na relação entre imperialismo e dependência. Para o autor, a dependência não é só externa; é também condição interna que determina e satisfaz a burguesia dependente, a qual cria políticas de desenvolvimento do subdesenvolvimento, sendo caracterizada como lumpenburguesia. Assim, a lumpenburguesia para Frank (1978) é a própria burguesia dependente, que em sua concepção e estrutura precisa manter o subdesenvolvimento para sobreviver enquanto classe dominante.

De acordo com Frank (1978), a relação colonial condicionou as estruturas de classes nos países latino-americanos, e quanto maior a riqueza disponível para ser explorada, mais pobre e subdesenvolvida se tornava a região. Portanto, o desenvolvimento só foi possível onde não havia condições – geológicas, climáticas e de população indígena como força de trabalho – para instaurar a estrutura do subdesenvolvimento. Nesse sentido, dada a dinâmica do mercado mundial e seu interesse no açúcar como mercadoria ao longo do século XVII, as regiões com potencial para produção açucareira requeriam amplas extensões de terra e uma grande oferta de força de trabalho. A partir dessa demanda, as colônias que antes se organizavam em pequenas propriedades passam a dispor de latifúndios, determinando a organização do território – esse era o caso do Brasil. As classes dominantes que se conformavam eram dirigidas por latifundiários e exportadores, sem qualquer interesse no desenvolvimento interno.

As independências políticas inseriram as nações latino-americanas na divisão internacional do trabalho, configurando a dependência, “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2011, p. 134). Com a revolução industrial, as economias das nações latino-americanas passam a gravitar em torno da Inglaterra, por meio da exportação de bens primários, e o imperialismo exigiu mudanças internas que uma vez mais condicionaram a estrutura econômica e de classes. Nesse projeto imperialista, a lumpenburguesia é a sócia menor do capital estrangeiro, que para atender ao seu senhor cria políticas, por meio do Estado, que sustentam as economias no lugar do subdesenvolvimento (Frank, 1978). Isso é condição de

existência para a burguesia dependente, incluída aí a burguesia brasileira.

Nesse sentido, a caracterização do Brasil enquanto país dependente no sistema capitalista mundial se deve ao processo histórico específico que constituiu o povo e a nação brasileiros, que desde sua conformação estiveram subordinados aos interesses estrangeiros, e cuja dependência continua a se reproduzir sob novas formas. Em acordo com Darcy Ribeiro (2012, p. 61), “uma característica singular da América Latina é sua condição de um conjunto de povos intencionalmente constituídos por atos e vontades alheios a eles mesmos”.

É nesse viés que se constitui a *hegemonia comprometida* mencionada por Vânia Bambirra (2012). O desenvolvimento industrial de parte da América Latina, embora voltado aos interesses dos países imperialistas e dos setores oligárquicos minerador, latifundiário e comercial exportador, contava com uma estrutura interna com dinâmica relativa própria. As condições internacionais como as grandes guerras e a crise econômica mundial de 1929 estimulam o processo de substituição de importações nos países dependentes, que puderam aproveitar essas oportunidades quando tinham um mercado nacional já estruturado, bem como um processo produtivo baseado majoritariamente em relações capitalistas. Para a autora, “é no seio desse sistema de dominação oligárquico – como parte do contexto do capitalismo mundial – que surgirá e se desenvolverá uma burguesia vinculada à indústria” (Bambirra, 2012, p. 76). A indústria surge impulsionada pelas necessidades do setor exportador, mas desenvolve sua própria dinâmica e uma independência relativa deste setor, pois precisa dele para sua sobrevivência e expansão. Nesse sentido, as duas frações da classe dominante coexistem³, sem que haja um processo revolucionário com transformação radical das relações de produção, tal qual realizado por parte da burguesia europeia. Por isso, não se pode dizer que este processo seja uma revolução burguesa no sentido tradicional do termo, mas certamente expressa o compromisso entre as frações de classe no bloco no poder, com hegemonia da fração industrial.

Bambirra (2012, p. 92) afirma que “é esta hegemonia burguesa comprometida que define o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países da América Latina, e define também suas possibilidades e limites”. Tais limites referem-se, por exemplo, à ausência de reforma agrária, o que ampliaria o mercado interno e, portanto, beneficiaria a indústria nacional. Além disso, a autora destaca a intervenção do Estado em especial nos períodos de crise do setor exportador, por meio de uma série de medidas em favor das oligarquias, ainda que isso tenha ocorrido para proteger os interesses do sistema em seu

³ “Tal interdependência se reflete de forma muito nítida na medida em que os capitais gerados no setor exportador são transferidos ao setor industrial (direta ou indiretamente, como, por exemplo, através do sistema bancário ou mediante subsídios estatais) e possibilitam sua expansão” (Bambirra, 2012, p. 79).

conjunto, posto que a indústria só se desenvolve a partir dessa base.

No período pós Segunda Guerra, os Estados Unidos conseguiram tirar proveito da situação mundial em razão de sua participação vitoriosa na guerra, do bloqueio do campo socialista e do Plano Marshall de reconstrução da Europa, afirmando-se como centro hegemônico imperialista. Esse elemento muda as relações com os países latino-americanos, em especial com aqueles que já tinham consolidado uma base de industrialização, pois tornam-se terreno para a expansão das grandes empresas multinacionais. No caso do Brasil, “tratava-se de impossibilitar o acesso da burguesia brasileira a recursos que lhe permitissem superar com relativa autonomia os pontos de estrangulamento surgidos no processo de industrialização e forçá-la a aceitar a participação direta dos capitais privados estadunidenses” (Marini, 2012a, p. 145). Assim, de acordo com Bamberger (2012, p. 98-99) a desnacionalização dos meios de produção trouxe consigo a desnacionalização da própria burguesia, e “a nova expansão do imperialismo conseguiu frustrar de modo definitivo essa hegemonia historicamente efêmera”.

Nesta fase de integração monopólica, Bamberger (2012) explicita os novos mecanismos de subordinação das burguesias latino-americanas ao capital estrangeiro, posto que este conduz a industrialização e orienta o mercado de consumo com a mediação dos Estados nacionais. Deste modo, “o imperialismo era um elemento constitutivo interno do sistema de dominação” (Bamberger, 1977, p. 8) e sua contraface, a dependência⁴, condiciona as estruturas internas dos países dependentes, possibilitando a perpetuação das condições de domínio e subordinação.

A expansão capitalista apoiada cada vez mais no capital internacional agrava as contradições deste período até que, diante das limitações impostas pela dependência, a classe dominante lança mão do autoritarismo para reconfigurar o bloco no poder, desfazendo a institucionalidade anterior e criando o “Estado de Contrainsurgência” (Marini, 2018). O bloco no poder conforma-se, então, com a subordinação das demais frações burguesas à burguesia monopolista, “mediante os investimentos diretos de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a penetração financeira” (Marini, 2018, p. 4). De acordo com Osorio (2014), este novo arranjo de classes lança as bases para o neoliberalismo na América Latina⁵.

⁴ Para Bamberger (1977, p. 18), “a teoria do imperialismo de Lenin deve ser ampliada com novos elementos, a partir da associação com a teoria da dependência, resultando em uma unidade teórica, fruto da unidade histórica concreta”.

⁵ Destaca-se que, de acordo com Marini (2012b), embora a concentração e centralização de capitais seja uma característica geral do capitalismo na era dos monopólios, o ciclo do capital na economia dependente, em razão do elevado número de empresas estrangeiras operando em seu interior com maior grau de tecnologia implicada no processo de produção e menor custo de produção, tende a acumular mais-valia extraordinária em maior proporção que as empresas nacionais. Dessa maneira, as empresas menores, sem condições de competir da mesma forma na segunda fase da circulação – realização das mercadorias –, são destruídas ou incorporadas às multinacionais ou demais empreendimentos com aporte de investimento estrangeiro. Por isso, a tendência à monopolização é ainda maior nos países dependentes.

A particularidade do ciclo do capital nas economias dependentes tem seu ponto de partida essencialmente na transferência de valor aos países centrais. Isso decorre do que Marini (2011) caracteriza como troca desigual. Em decorrência das diferenças entre as capacidades produtivas dos países dependentes e imperialistas – que se expressa em compra e venda de produtos com preços maiores ou menores no mercado mundial –, há uma transferência de valor contínua da periferia para o centro. Por isso, embora apareça como um problema na circulação, pois suas principais formas se concretizam pela remessa de lucros, pagamento de juros e serviço da dívida, a transferência de valor decorre das condições de produção. Nos termos de Marini (2012a, p. 52), “uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção”.

Tal mecanismo gera, por sua vez, a ruptura entre produção e necessidade de consumo das massas, fazendo com que o mercado interno não seja diretamente vinculado ao desenvolvimento da economia nacional (Marini, 2011). A burguesia local, então, se utiliza da superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação das perdas decorrentes da transferência de valor, caracterizando-se como o princípio fundamental da economia subdesenvolvida pautada pela troca desigual (Marini, 2011, 2012b). Isto significa que, para a garantia da acumulação de capital em escala mundial e para a manutenção da taxa de lucro das burguesias locais, desenvolve-se uma forma peculiar de extração da mais-valia, a qual remunera a força de trabalho abaixo de seu valor, violando estruturalmente o valor da força de trabalho.

Nas palavras de Marini (2012a, p. 62), “o desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho”. Isso desencadeia o crescimento do que Marini (2012a, p. 68) denomina populações marginais urbanas ou subproletariado, parcela da população “sem uma posição definida no sistema de produção e vivendo de trabalhos ocasionais”, fortemente atingida pela violência estatal – não somente em períodos de exceção, mas como elemento constitutivo do controle político-econômico sobre a população e a pobreza. No mesmo sentido, mas por outro lado, este capitalismo subordinado conforma também uma burguesia *sui generis* a qual precisa articular mecanismos, em conjunto com o Estado, para manter a superexploração e suas justificativas. O pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, as metas de superávit primário, a não limitação de remessa de lucros, a transferência de recursos para empresas estrangeiras, a apropriação dos conhecimentos tradicionais, as isenções e desonerações tributárias e a abertura

comercial cada vez mais adequada aos interesses do imperialismo são formas de participação do Estado na manutenção da dependência, e por consequência de sustentação da lumpenburguesia. Em especial nos momentos de crise aguda do capitalismo, a burguesia avança sobre padrões civilizatórios e direitos sociais considerados básicos em outras latitudes, dificultando as condições para sustentação da hegemonia, como é possível observar no período mais recente.

Hegemonia e bloco no poder no Brasil

Considerando as particularidades explicitadas anteriormente, a burguesia brasileira dependente se constitui e sobrevive graças a uma configuração específica de subordinação ao imperialismo, acarretando a superexploração como fundamento da economia dependente. Tais aspectos colocam mediações diferenciadas daquelas dos países centrais para a configuração da sociedade civil, do Estado e para a construção da hegemonia. Nesse escopo, sociedade civil corresponde à “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (Gramsci, 2019, p. 228), que se materializa no conjunto das organizações assim chamadas privadas. Já a sociedade política está relacionada ao aparato governamental e aparato coercitivo. A hegemonia se agrega ao aparato coercitivo, alargando o Estado, o qual “tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através [...] dos organismos privados” (Gramsci, 2019, p. 121). As organizações privadas da burguesia brasileira componentes da sociedade civil, embora supostamente autônomas, são altamente influenciadas por interesses externos, demandando do Estado condições de manutenção do subdesenvolvimento e da superexploração, como anunciado por Frank (1978).

Ainda nos termos de Gramsci (2019, p. 335), “o Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”. Dessa forma, o domínio é garantido com coerção, aspecto sobressaltado no capitalismo dependente, mas sem prescindir da capacidade de direção, assegurada com a permanente construção de hegemonia. Não se pode esquecer sua organicidade, posto que as relações econômicas são perpassadas pela regulação de caráter estatal e a economia capitalista não está excluída da sociedade civil. Segundo o autor, “todo o grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade [...] não apenas no campo econômico, mas também social e político” (Gramsci, 2000, p. 15). Daí surge o conceito de Estado integral, no sentido de sua ampliação, no qual os intelectuais orgânicos da burguesia atuam ativamente para o convencimento do conjunto da

população sobre os “benefícios” gerados a partir da implementação de suas demandas. Isso é perceptível quando as confederações e organizações patronais – tais quais federações e confederações da agricultura, indústria, comércio e bancos – colocam suas demandas para o desenvolvimento do país exaltando interesses particulares de reprodução de seus capitais, sob hegemonia do imperialismo.

Dessa forma, as diversas frações e setores da burguesia⁶ têm seus interesses acomodados no Estado e por ele unificados, e podem alternar-se na ocupação de determinados espaços de decisão e definição das políticas econômicas e sociais, conforme a correlação de forças internas à própria burguesia, no que Poulantzas (1971) caracteriza como *bloco no poder*. Para o autor, a separação formal entre o econômico e o político no capitalismo é ponto de partida para a autonomia relativa do Estado em relação às classes sociais, uma vez que é possível a satisfação de alguns interesses econômicos das classes dominadas contanto que o poder político e o aparelho de Estado permaneçam intactos⁷. Na mesma direção, Mascaro (2013, p. 24) afirma que “a forma política estatal é fundamental à reprodução da sociabilidade do capitalismo, mas, ao se assentar como forma de um poder separado dos próprios agentes econômicos, ela pode até mesmo, eventualmente, ser disfuncional e contrária aos interesses de valorização do valor”.

Em síntese, o Estado capitalista expressa a hegemonia da classe burguesa, e é a sociedade civil o espaço privilegiado de construção de hegemonia, conforme o nível de organização das classes e frações de classes. Embora seja possível afirmar que tais relações se condensam no Estado, isso não ocorre em uma projeção espelhada ou copiada para o aparelho estatal. A passagem de um momento a outro abre brechas e permite alterações que desembocam em novas relações e, portanto, as flutuações da política não são expressões *imediatas* da estrutura econômica (Gramsci, 2013). Conforme Liguori e Voza (2017, p. 263), “os processos não são unívocos, o Estado constitui também o terreno do conflito de classe, é, ao mesmo tempo, instrumento (de uma classe), mas também lugar (de luta hegemônica) e processo (de unificação das classes dirigentes)”.

O grau, extensão e formas da autonomia relativa só pode ser examinado em referência

⁶ Quando associadas às entidades representativas que congregam determinado ramo de atividade da burguesia e suas práticas políticas, podemos falar em frações (industrial, agrária, comercial e bancário-financeira). Em geral, quando se trata de um ramo de atividade do capital como forma de existência, não necessariamente organizado como fração de classe, referimo-nos ao setor, tratando-se apenas dessa forma de existência do capital setorizado e sem prática política comum.

⁷ De acordo com Mascaro (2013, p. 44), “tomado a partir da forma política, o Estado revela-se relativamente autônomo em relação à totalidade social [...]. Mas tal autonomia se exerce justamente numa cadeia de relações específicas, capitalista”. Assim, a autonomia do Estado é relativa pois ao mesmo tempo em que há uma diferenciação entre agentes do Estado e agentes econômicos, essa autonomia depende da forma política capitalista de reprodução social para se perpetuar.

a um dado Estado concreto e à conjuntura da luta de classes (Poulantzas, 2008), o que justifica a frequente tentativa de apreender tais condições na conjuntura brasileira atual. Por considerar que “a classe burguesa apresenta-se, no modo de produção capitalista, constitutivamente dividida em frações de classe” (Poulantzas, 1971, p. 61), é crucial compreender as formas com que exercem sua prática política e como buscam a hegemonia. As frações de classe são determinadas pelas formas de existência do capital que representam – lugar na produção – mas também pelas práticas políticas que desenvolvem nas relações sociais, englobando o conjunto das instâncias política, econômica e ideológica. Assim, o bloco no poder indica “a unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica” (Poulantzas, 1971, p. 68).

Ademais, a diferenciação de Poulantzas (1971) entre a *função de hegemonia no bloco no poder* e a *função de hegemonia em relação às classes dominadas* gerou algumas elaborações que procuram nomear tais processos. Nessa linha, Teixeira e Pinto (2012, p. 919) estabelecem uma diferenciação entre *hegemonia restrita* e *hegemonia ampla*. A primeira refere-se à capacidade de uma das frações da burguesia direcionar conforme seus interesses as demais frações que compõem o bloco no poder; em outras palavras, é a hegemonia dentro do próprio bloco no poder. Já quando a hegemonia alcança e obtém consenso do conjunto da sociedade, é considerada pelos autores como ampla. Entretanto, os autores referendam a afirmação de Poulantzas de que, em geral, “a fração ou classe dominante a exercer a hegemonia restrita ao bloco no poder também é aquela que assume a hegemonia ampla” (Teixeira; Pinto, 2012, p. 919). Osorio (2014) caminha no mesmo sentido, nomeando estes processos como *hegemonia política* e *hegemonia social*, respectivamente.

Essa diferenciação é ressaltada aqui pois importa sobremaneira na análise da realidade brasileira a partir dos anos 2000. Desde a instituição do Plano Real, vinculado aos pressupostos do projeto neoliberal, os interesses foram acomodados em torno da hegemonia da fração bancário-financeira da burguesia. Ainda que a década de 2000 tenha apresentado rearranjos no bloco no poder e ajustes no discurso, com a disseminação de ideias como o social-liberalismo ou o neodesenvolvimentismo, a *hegemonia social* em sentido amplo não foi abalada. Na transição do governo FHC para o governo Lula, desenharam-se fissuras no bloco no poder⁸,

⁸ Durante o segundo mandato de FHC (1998-2002), as perdas decorrentes dos abalos na economia trouxeram protestos dos empresários, posto que “as possibilidades de distribuição no interior das diferentes frações do capital dos ganhos financeiros diminuíram” (Bianchi, 2001, p. 163). Nesse contexto, segundo estudo de Bianchi (2001), os industriais passaram a elevar o tom nas disputas por políticas que os beneficiassem, resultando em abalos na hegemonia no interior do bloco no poder, ainda que esta não tenha gerado uma crise de hegemonia visto a reeleição de FHC.

com a insatisfação de algumas frações que conseguiram ampliar seu espaço após a vitória eleitoral do PT. Todavia, o pacto de classes do Plano Real (Ouriques, 2014; Rocha, 2019; Barcellos, 2021) não foi alterado. Tem especial relevância a definição desenvolvida por Rocha (2019, p. 445), para quem “o pacto de classes de 1937 a que se refere Marini [...] foi renovado com o Plano Real em 1994”, momento em que a burguesia financeira é estabilizada no poder. Isso não quer dizer que as disputas intraburguesas ou delas com o restante da sociedade foram encerradas, posto que permanecem em constante reconfiguração.

Nessa esteira, Ouriques (2014, p. 169) reitera que “a partir de 1994 a política econômica em curso no Brasil expressa um pacto de classes que a mantém substancialmente inalterada até os dias de hoje”. Com a estratégia de controle inflacionário todas as frações da burguesia tiveram assegurados “lucros fantásticos”, e o Plano Real se consolida sob a ideologia da estabilidade burguesa. Desde então, as sucessivas disputas eleitorais apenas legitimam o pacto e reproduzem a estratégia de dominação.

Conclui-se, pois, que nos anos 2000 a burguesia soube reconfigurar-se de forma a obter novamente o consenso do bloco no poder, por meio da mediação do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual serviu como uma espécie de muro de contenção da hegemonia. Dessa forma, o pacto de classes do Plano Real foi incrementado com alguns elementos até então ausentes, por meio da implementação de uma série de medidas que favoreceram frações da burguesia parcialmente insatisfeitas com os governos anteriores, ao passo em que foram criados programas sociais focalizados que contemplaram também as classes subalternas. Tudo isso foi realizado em consonância com os pressupostos econômicos que deram vida ao Plano Real, com a respectiva manutenção e aprofundamento da dependência especialmente pelo mecanismo da dívida pública (Ouriques, 2014).

Boito Jr. (2018) acerta ao afirmar que a grande burguesia interna⁹ brasileira ganha força nesse período, com apoio das políticas econômicas e sociais estatais, ainda que não haja concordância com a tese do autor de que essa fração passa a ser hegemônica no bloco. Isso não quer dizer que o capital financeiro fica em segundo plano, pois a conciliação de classes orientada pelos governos petistas se deu também no interior do bloco no poder. A ampla concessão a tais frações pôde ocorrer em razão de uma escolha política condicionada pelo cenário econômico efemeramente favorável, sendo inegável a participação ativa do Estado

⁹ Na síntese de Farias (2009, p. 88), “a burguesia interna se define pelo comportamento ambíguo diante do capital estrangeiro: ora se opõe a ele, ora o apoia. Isso se dá em razão das formas de dependência – financeira ou tecnológica – do capital nativo em relação ao capital externo”, diferente da burguesia nacional anti-imperialista ou da burguesia associada totalmente integrada ao capital estrangeiro.

brasileiro no processo de valorização financeira, mesmo quando atua no fortalecimento da burguesia interna. Esta, por sua vez, esteve composta por setores da economia como parte da indústria, mineração, construção pesada, construção naval, parte do agronegócio e bancos nacionais, os quais reivindicavam proteção do Estado para tornarem-se competitivos no mercado internacional e interno. Não se trata de burguesia nacional, pois como já ressaltado por Bamberger (2012) na seção anterior, a integração subordinada ao imperialismo frustrou a hegemonia da burguesia industrial e qualquer projeto nacional-burguês. Importante ressaltar que a grande burguesia interna não corresponde a toda a burguesia brasileira. É uma parte dela. A fração associada é outra parte da burguesia brasileira. E há também uma gama de outras pequenas e médias empresas cujos proprietários e administradores também são parcela da burguesia brasileira, mas que não possuem forças econômico-social, organizativa e programática próprias e, por essa razão, não entram na disputa pela hegemonia (Boito Jr., 2018). Portanto, não há contradição entre as duas categorias (burguesia interna e burguesia brasileira), visto que representam grandezas e características distintas. O que nos importa aqui é que aqueles setores vinculados a burguesia interna foram favorecidos por meio de variadas políticas econômicas no período petista, como expressão do projeto de conciliação viabilizado pelo momento macroeconômico peculiar.

Até 2013, tal projeto parecia caminhar sem maiores entraves. Discursos de exaltação de Lula, da nova classe média, de acesso ao ensino superior, dentre outros aspectos, caminhavam lado a lado com elogios por parte das entidades representativas da burguesia. Todavia, as fissuras no bloco no poder num momento de crise internacional e do encerramento do ciclo econômico expansivo de exportação, associadas à insatisfação popular por distintas razões culminaram nas manifestações de junho de 2013, fenômeno determinante para a compreensão do período de crise de hegemonia¹⁰.

Crise econômica, crise de hegemonia e o eterno retorno

Primeiramente, para compreender a relação entre a crise econômica e a crise de hegemonia, cabe uma referência a Barcellos (2021), que explicita a definição mais ampla de crise não somente como condensação de contradições, chamando atenção para a diferença entre a contradição como possibilidade – o que está posto a todo momento no capitalismo, tendo em

¹⁰ Nos termos de Gramsci (2019, p. 60, grifo nosso), “em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe *ou fração de classe*”. No caso do não reconhecimento como direção por outras frações da classe burguesa no interior do bloco no poder, configura-se a crise de hegemonia restrita/política.

vista a dinâmica de dominação e exploração entre as classes – e sua existência como realidade. De acordo com o autor, a crise capitalista remete à impossibilidade de “produzir e realizar o mais-valor em escala crescente. O momento específico em que as contradições se manifestam como crise, portanto, é aquele em que todos os fatores concretos se concentram na determinação de uma massa de mais-valor reduzida” (Barcellos, 2021, p. 124).

Barcellos (2021) relaciona, ainda, a crise econômica com a crise política e o papel do Estado na manutenção das condições normais para a produção e reprodução do capital. Para o autor,

Se a crise pode ser delimitada em gênero como a incapacidade de reprodução, a crise política como espécie se refere à incapacidade de reprodução da dominação de classes. [...] O conceito de Estado, portanto, está intimamente ligado com o conceito de crise. É o Estado que permite que as contradições entre as classes sociais possam se reproduzir e a crise seja mera possibilidade, não realidade (Barcellos, 2021, p. 124-125).

Tais considerações são relevantes na medida em que permitem observar a centralidade do Estado e do bloco no poder nos momentos de desenvolvimento e superação das crises por parte das classes dominantes, para que a totalidade capitalista se mantenha. Nesse sentido, são necessárias reorganizações e recomposições de forças no âmbito do bloco no poder, para garantir a retomada da reprodução do capital¹¹.

A crise de 2008 teve impactos expressivos para a economia mundial. Embora, num primeiro momento, o Brasil tenha segurado as taxas de lucro e o crescimento, isso não se mantém ao longo do primeiro mandato de Dilma, quando a piora nas condições do comércio internacional¹² passa a pautar alterações na linha para a política econômica. O próprio peso acentuado das *commodities* na economia brasileira evidencia sua condição dependente.

Internamente, as condições desencadeadas pela crise internacional reconfiguram dialeticamente a dinâmica da economia brasileira. Conforme elucidado por Aruto (2019), no decorrer do primeiro governo Dilma há uma diminuição do nível de produção em razão da redução relativa dos gastos do governo, associada ao conflito distributivo gerado pela redução da taxa de desemprego e aumento do salário real. De acordo com Serrano e Summa (2015, p. 2), “após crescer à uma taxa média de 8% entre 2004 e 2010, com pico de 18% em 2010, a formação bruta de capital fixo [investimentos] cresceu apenas 1,8% em média no período 2011-

¹¹ “No campo econômico há desvalorização dos capitais, desemprego dos trabalhadores, etc, para que se estabeleçam novas condições de acumulação. No campo político isso exige a dissolução de blocos políticos e a formação/recomposição de novos blocos capazes de dar nova estabilidade à relação entre as classes ou a alteração dos meios pelos quais se realiza a dominação” (Barcellos, 2021, p. 125).

¹² O minério de ferro, por exemplo, era vendido por 180 dólares por metro cúbico no primeiro mês do governo Dilma e passa a valer cerca de 100 dólares em setembro de 2012, chegando a 40 dólares em dezembro de 2015 (Index Mundi, 2020).

2014”. Dessa forma, os autores sustentam que a forte redução do crescimento do investimento explica a desaceleração do crescimento da produção industrial desde 2011.

As preocupações acerca da desindustrialização explicitadas pela fração industrial da burguesia foram apresentadas ao governo e a partir de 2012, propagou-se o que se convencionou chamar “nova matriz econômica”. As decisões de desvalorização do real e redução dos juros por meio dos bancos públicos pressionaram os bancos privados a reduzirem suas taxas, gerando uma série de manifestações públicas das entidades representativas dos bancos. As medidas tomadas por Dilma¹³ causaram tensionamentos internos no bloco no poder, no entanto, nota-se um consenso em torno do fracasso da “nova matriz econômica”, que revelou novas medidas sem se desprender do velho aperto fiscal neoliberal (Serrano; Summa, 2015; Aruto, 2019). Além disso, Aruto (2019, p. 95) destaca que “os empresários utilizaram as políticas de desonerações e diminuição de alíquotas para recompor a margem de lucro”. Paralelamente, a queda dos investimentos públicos diminuiu a margem para continuar as políticas de incentivo ao crédito e ao consumo, tão louvadas pelo petismo até então. Como já tratado anteriormente, não há pretensão reformista na burguesia brasileira dependente, posto que ela se sustenta na superexploração da força de trabalho para compensar a transferência internacional de valor, e, portanto, para se sustentar enquanto classe.

Nesse contexto de certa instabilidade já denotada no interior do bloco no poder, Singer (2018) destaca que Dilma ainda contava com alta popularidade frente a população em geral (65%, Datafolha) até o primeiro semestre de 2013. Entretanto, as manifestações de junho de 2013 invertem a tendência, no pontapé inicial do “levante da classe média”, que depois associa-se à Lava Jato em 2014 (Singer, 2018, p. 28). Boito Jr. (2018) se aproxima da análise de Singer nesse aspecto, ao considerar que as manifestações surgem quando o ataque das frações burguesas já havia se iniciado. Os protestos começam com a pauta da redução da tarifa de ônibus em São Paulo, com protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL), mas isso muda drasticamente, quando os setores médios – camada mais qualificada e melhor assalariada da classe trabalhadora – aderem e mudam o caráter dos atos, com apropriação e forte influência da grande mídia orientando os atos para o discurso genérico contra a corrupção. O que de fato se

¹³ De acordo com a síntese de Singer (2018, p. 26), destacaram-se as seguintes ações: 1. Redução dos juros; 2. Uso intensivo do BNDES; 3. Política industrial, por meio do Plano Brasil Maior; 4. Desonerações; 5. Plano para infraestrutura, com lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL) em 2012 para estimular as concessões; 6. Reforma do setor elétrico, cujas alterações nas regras para as concessionárias de energia gerou perdas a investidores; 7. Desvalorização do real; 8. Controle de capitais, em especial com a alteração das alíquotas do IOF para investimentos estrangeiros em carteira e empréstimos intercompanhias; 9. Proteção ao produto nacional, principalmente por meio do Programa de Compras Governamentais, que visava estimular compras públicas dos produtos nacionais.

altera com as gigantes manifestações é a hegemonia no sentido amplo, incluindo as classes subalternas e espraiando a insatisfação da burguesia para o conjunto da sociedade. Aí tem início a crise de hegemonia (social), quando parece predominar o “ziguezague da política” (Farias, 2009; Singer, 2018).

Em acordo com Iasi (2017), a burguesia precisa de estabilidade institucional, e o governo petista se tornara incômodo ao capital, especialmente por não ser mais capaz de garantir a estabilidade. Mesmo desorientado, o governo mantinha a direção de atender as frações burguesas, a exemplo das alterações das regras para o acesso ao seguro-desemprego, pensão por morte e abono salarial¹⁴ (Salvador, 2015), dentre outras medidas (Pinto *et al.*, 2019).

Houve um ponto, contudo, que Dilma não conseguiu aprovar: a contrarreforma trabalhista, com destaque para a terceirização irrestrita e a flexibilização da CLT¹⁵. Em especial para o capital interno, seja nos serviços e comércio, indústrias ou nos bancos, a contrarreforma trabalhista é fundamental para a recuperação das taxas de lucro, via maior exploração dos trabalhadores. Dilma, por sua resistência em aceitar essa pauta, parece ter perdido definitivamente o apoio da burguesia, em especial da grande burguesia interna. A reforma da previdência, por outro lado, embora seja uma demanda de todas as frações e setores da burguesia, certamente interessa ainda mais ao capital financeiro e ao capital internacional, justamente aqueles que não têm necessidade de remunerar diretamente a força de trabalho. Essas frações desejam se apropriar do fundo público por meio do volumoso montante de recursos disponibilizados pela previdência social pública, bem como com a conformação de conglomerados e fundos de pensão privados. A essa pauta, o governo Dilma sinalizava positivamente¹⁶. Fica evidente, então, que do ponto de vista dos interesses da burguesia a contrarreforma da previdência seria aprovada em qualquer circunstância, com ou sem o golpe parlamentar a que Dilma foi submetida no processo de *impeachment* em 2016.

Assim, para os setores que acumulam internamente, a contrarreforma trabalhista era absolutamente necessária para a retomada das taxas de lucro. Isso expressa um limite e uma fissura da grande burguesia interna com o governo Dilma, fenômeno que não corresponde à tese de Boito Jr. (2018) de que o principal sujeito do golpe teria sido o capital internacional.

¹⁴ “Tal ajuste proposto é também resultado das escolhas econômicas feitas no mandato anterior da presidenta, que acarretaram perda de arrecadação de recursos sem os resultados esperados no crescimento econômico, em que pese o expressivo aumento dos gastos tributários, o que causou perdas de recursos para as políticas sociais” (Salvador, 2015, p. 38).

¹⁵ Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 e Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, respectivamente.

¹⁶ O ministro Nelson Barbosa anunciava que seria enviada proposta de reforma da previdência no primeiro semestre de 2016. Também indicava a necessidade de criação de um teto para as despesas públicas (Máximo, 2015).

Post-festum, contudo, todas as frações e em especial o capital financeiro e o capital internacional¹⁷ se beneficiaram com a queda de Dilma e o avanço do capital sobre o fundo público. A hegemonia do capital financeiro, afinal, se revela/impõe com mais força no momento de resolução da crise econômica.

A crise de hegemonia estava em processo desde 2013, e o PT não mais apresentava capacidade de representar nenhuma das classes fundamentais e suas frações. Se os rearranjos realizados no bloco no poder da década de 1990 para a década de 2000 não abalaram a hegemonia social, em sentido amplo, o mesmo não se pode dizer das reconfigurações ocorridas no final do governo Dilma. A queda do petismo, que anos antes parecia surfar na realidade sem grandes problemas, evidenciou que o muro de contenção construído e sustentado pelo PT não foi capaz de conter a crise econômica e política e dar estabilidade à acumulação. Temer, por sua vez, não foi cambaleante ou desorientado, mas seguiu certo na direção das contrarreformas, permitindo uma retomada do crescimento da massa de mais-valia¹⁸ no Brasil (Aruto, 2019), ainda que a crise econômica não tenha sido resolvida¹⁹, dado que não houve recuperação do investimento público e a taxa de desemprego se manteve alta (Pinto *et al.*, 2019). Foi um período de lutas intensas, repressão policial mais violenta sobre as manifestações políticas, censura nos meios acadêmicos e artísticos e ataques reiterados aos direitos e políticas sociais.

Diversos autores tratam do período pós-golpe fazendo menção ao aprofundamento do neoliberalismo. Aqui optamos por utilizar neoliberalismo ortodoxo (Simionatto, 2018), considerando que o período anterior, dos governos petistas, pode ser sintetizado como *neoliberalismo com mescla de ortodoxia e heterodoxia econômica*. Dessa forma, o que parece diferir daquele formato é um projeto neoliberal sem as políticas econômicas heterodoxas presentes no segundo mandato de Lula e primeiro de Dilma. Portanto, um *neoliberalismo ortodoxo*, inclusive defendido por todas as frações burguesas no momento que antecedeu o

¹⁷ Um exemplo disso é o fim da obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do pré-sal, o que é referendado por Boito Jr. (2018, p. 257) ao comentar que Temer abre espaço para um “alinhamento passivo com os Estados Unidos”. Entretanto, outros movimentos anteriores já denotavam a relação da Petrobras com o capital estrangeiro, por meio da abertura de capital da empresa, que em 2010 ampliou ações e atraiu investidores estrangeiros. Com base em dados divulgados pela própria empresa sobre o relacionamento com investidores, é possível observar que 13,6% das ações preferenciais da Petrobras eram detidas por estrangeiros em 2002. Em 2012, os estrangeiros esse percentual sobe para 16,4%, e chega a 31,12% em abril de 2018.

¹⁸ Com base nos dados levantados por Aruto (2019), de 2014 para 2015 houve uma queda em termos reais de 9% na variação da massa de mais-valia, que desde 2011 já vinha crescendo menos que nos anos anteriores (2003-2010). Este movimento de queda é revertido em 2017, durante o governo Temer.

¹⁹ Barcellos (2021, p. 141) evidencia que o golpe não garantiu a retomada do superávit primário, tampouco do crescimento econômico: “ano a ano o déficit público aumenta: eram R\$ 32 bilhões em 2014 e atingem R\$ 95 bilhões em 2019 (STN, 2021). [...] o PIB teima em crescer menos de 2% a cada ano e o PIB per capita de 2018 era inferior ao PIB per capita de 2014 (IBGE, 2021). Neste sentido parece que ainda não foi possível resolver a crise que foi colocada em 2015”.

golpe. Essa distinção, entretanto, remete mais à conjuntura do que aos projetos de desenvolvimento nacional implementados, posto que a ideologia neoliberal se perpetuou, deixando vigente o pacto de classes do Plano Real.

Nas eleições de 2018, Temer não foi o candidato da burguesia. Inclusive, um aspecto relevante foi a quantidade de candidaturas que representavam a direita brasileira: Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckmin (PSDB), João Amoedo (Novo), Henrique Meirelles (PMDB) e Álvaro Dias (Podemos). Nas eleições anteriores, desde 2002, houve maior unidade da burguesia em torno dos candidatos do PSDB – José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves. Essa pulverização em 2018 expressa a falta de capacidade da classe dominante em apresentar-se como dirigente. Para Bianchi (2001, p. 21, grifo nosso),

a crise de hegemonia é uma crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe dirigente. Seus aspectos mais visíveis são a dificuldade de formar uma maioria parlamentar duradoura; a perda de capacidade dirigente dos partidos tradicionais; e a consequente crise dos partidos e multiplicação destes, *tentativas desordenadas de superação da crise* [...]. A crise não se limita, entretanto, aos partidos e ao governo. Ela é uma crise do Estado em seu conjunto, ou seja, processa-se, também, no nível da sociedade civil, onde as classes dirigentes tradicionais passam a manifestar sua crescente incapacidade de dirigir toda a nação.

As questões apontadas por Bianchi (2001) parecem corresponder ao período pós 2016, como tentativas desordenadas de superação da crise de hegemonia social, em sentido amplo. A pulverização de candidatos demonstra que não havia um vazio de representação, mas uma multiplicidade delas. Não é simples para a burguesia encontrar soluções, e em períodos de crise “partidos alinham-se e realinham-se, blocos são formados e dissolvidos. Líderes são criados e depostos. A velocidade desse processo pode surpreender, o ritmo é rápido e fulminante se comparado com os tempos normais” (Bianchi, 2001, p. 23).

Com base nos elementos elucidados, é possível afirmar que a hegemonia restrita ao bloco no poder foi resolvida com o golpe e o governo Temer, restaurando a acumulação para todas as frações da burguesia. Todavia, nas eleições de 2018, Bolsonaro foi capaz de ocupar o vácuo deixado pela incapacidade das classes dirigentes em apresentar um projeto que abarcasse benefícios também para as classes subalternas. O discurso contra o sistema ou “contra tudo que está aí” ter tido adesão da população expressa a insatisfação popular com as condições de vida no momento de crise. Isso é importante para que a análise não se paute apenas em questões morais, mas sim materiais. Nessa direção, Barcellos (2021, p. 141) afirma que Bolsonaro “conseguiu construir uma imagem – independente de ser ou não – de único candidato de fora do sistema político e que estaria disposto a lutar contra o sistema político. Neste sentido, ele é uma expressão da crise e da exigência que fazem os grupos sociais por uma alternativa”.

O governo Bolsonaro (2019-2022) representou um retrocesso em diversas políticas econômicas, sociais e ambientais, inclusive com certa desorganização institucional das possibilidades de participação no aparelho do Estado. Embora tenha apresentado novidades aparentes no discurso e na forma de governar, Bolsonaro é fruto do movimento de tentativa de resolução de uma crise de hegemonia que já vinha se construindo desde 2011, e que *não chegou a ser resolvida com seu governo*. Pelo contrário, a instabilidade se estende por todo o período, ainda que as frações burguesas tenham permanecido unificadas em torno das reformas almejadas e das privatizações²⁰ (Valle; Passo, 2021).

Pinto *et al.* (2019) afirma que a instabilidade econômica e a desconfiança generalizada nas instituições e nos partidos tradicionais criada pela Operação Lava Jato permitem a eleição de Bolsonaro, com amplo apoio de parte das Forças Armadas, dos setores médios e até mesmo das classes subalternas afetadas pela crise e pela queda no emprego e aumento da pobreza. Entretanto, isso ocorre de forma desorganizada, como um efeito colateral da crise, no que os autores denominam “consenso da insensatez”, que agrega os interesses imediatos das frações burguesas sem necessariamente indicar um projeto coerente e dialogado (Pinto *et al.*, 2019). De acordo com Pinto *et al.* (2019, p. 144), a estratégia do Governo Bolsonaro envolvia “manter e ampliar a instabilidade para se manter no poder”.

Conforme Boito Jr (2021), em resgate da obra de Togliatti, o fascismo é um movimento reacionário das massas, em geral direcionado pela pequena burguesia e classes médias. Para o caso brasileiro, esse autor apresenta o conceito de neofascismo, em que a alta classe média lidera um movimento reacionário que culmina na eleição de Bolsonaro em 2018, sem, contudo, alterar o regime político. De acordo com Valle e Passo (2021), o “núcleo duro” da base social de Bolsonaro, com destaque para parte das forças armadas, proprietários rurais, pequena burguesia comercial e a já citada alta classe média, se mantém vinculada ao governo mesmo durante a crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19. Já os aliados que passaram a compor sua base social logo antes da eleição, pois não visualizaram alternativas eleitorais viáveis na direita tradicional, foram se afastando do apoio e tensionaram o governo durante a pandemia, ainda que sem legitimar qualquer processo de *impeachment* em decorrência dos ganhos que obtiveram com as reformas e privatizações (Valle; Passo, 2021).

²⁰ Sobre as privatizações, destaca-se o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que “foi criado, no âmbito da Presidência da República, pela Lei nº 13.334, de 2016 com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de *desestatização*” (Brasil, 2016, grifo nosso). O Programa se manteve durante o governo Bolsonaro – o qual foi responsável por importantes privatizações como da Eletrobrás e da BR Distribuidora – e segue vigente no terceiro governo de Lula.

Nos termos de Valle e Passo (2021, p. 22), “houve uma relação de unidade e de conflito entre as frações burguesas e o governo²¹: unidade em torno de aspectos da política econômica e conflito em torno da política sanitária e do movimento golpista insuflado diretamente pelo presidente”. A relação de unidade e conflito sugerida pelos autores significa que as políticas econômicas implementadas no período podem não ter atendido de maneira igual todas as frações da burguesia, implicando possíveis disputas e hierarquias no bloco no poder. Para os autores, as desregulamentações trabalhistas e as privatizações agradaram o conjunto da burguesia, mas as desregulamentações financeiras e a abertura econômica afetaram de forma distinta as frações burguesas, causando insatisfações (Vale; Passo, 2021).

O cenário que surge com Bolsonaro tem uma base material que se construiu ao longo de todo o período anterior, desde o pacto de classes do Plano Real, em que os projetos coletivos da classe trabalhadora foram se enfraquecendo, colocando para a burguesia e seus aparelhos privados de hegemonia a tarefa de dar respostas aos problemas nacionais, obviamente, à sua maneira. O liberalismo como princípio dá respostas voltadas ao fortalecimento do mercado e a busca individual por soluções frente à crise. Conforme Barcellos (2021), 30 anos de políticas liberais fortaleceram o comércio e o agronegócio, com incentivos de importação associados à desindustrialização e direcionamento das exportações para bens primários, com destaque para a Lei Kandir²².

As frações comercial e agrária, não por acaso, são as frações burguesas mais volumosas, em número de pessoas/capitais²³, já que a indústria e os bancos são mais concentrados nas mãos de poucos capitalistas. Soma-se a isso, a vinculação que o agronegócio e o comércio possuem com o mercado estrangeiro para exportar bens agropecuários e importar produtos que são comercializados internamente, respectivamente, o que implica também uma adesão maior e com menos ressalvas ao imperialismo, pois dependem diretamente do capital internacional e

²¹ “Os proprietários de terra foram aqueles que se posicionaram mais alinhados ao negacionismo e às manifestações golpistas do bolsonarismo, seguidos por frações regionais da burguesia industrial e da burguesia comercial varejista. Por outro lado, os principais setores do grande capital, sobretudo os grandes bancos nacionais e o capital financeiro associado, mas também as tradings do agronegócio, setores da grande indústria e do grande comércio, exerceram papel ativo e dirigente nas iniciativas em defesa das medidas de isolamento social, da compra de vacinas e contrárias à escalada golpista” (Vale; Passo, 2021, p. 39).

²² O autor se refere à Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996, que introduziu mudanças significativas no sistema tributário brasileiro. Uma delas “diz respeito à ampliação do rol de mercadorias sobre as quais não incide o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] no caso de exportação. [...] Se antes o Estado deveria impulsionar a exportação de produtos industrializados, agora já não o devia mais. Bastava que o produto fosse exportado e trouxesse dólares ao país, pouco importando a que classe de mercadorias correspondesse” (Barcellos, 2021, p. 44-45).

²³ De acordo com Barcellos (2021, p. 141), “das 3,8 milhões de empresas que responderam ao Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) - excetuando as que responderam RAIS negativa - nada menos que 3,2 milhões fazem parte destes setores”.

das relações exteriores imediatas para se manter.

Por outra via e no campo das possibilidades, a indústria e os bancos nacionais podem apresentar tensionamentos com o capital estrangeiro em determinados momentos conjunturais. Por exemplo, as reivindicações por fortalecimento da indústria nacional em detrimento da valorização do real que favorece as importações, ou a limitação da entrada de capital bancário-financeiro estrangeiro que afeta a centralização do mercado financeiro brasileiro²⁴. Além disso, “os setores de comércio e serviços são setores de baixa composição orgânica do capital e para os quais, portanto, os encargos trabalhistas exercem maior peso na estrutura de custos” (Barcellos, 2021, p. 141), o que significa uma dependência maior da superexploração da força de trabalho para reprodução de seus capitais, ainda que todas as frações se beneficiem com o rebaixamento geral do valor da força de trabalho no contexto latino-americano.

Tais elementos da conjuntura evidenciaram novas fissuras no bloco no poder, ainda que não tenham aberto novamente uma crise de hegemonia política, referente às disputas internas ao bloco no poder. Se Temer havia avançado na unificação dos interesses das frações burguesas nesse âmbito, os constantes tensionamentos após 2020 empurram parte das classes dominantes para a busca de reconfigurações que melhor respondam aos seus interesses. De acordo com Valle e Passo (2021, p. 35), a crise no governo Bolsonaro foi “uma crise de representatividade aguda, já que ela elevou de patamar a crise de representatividade criada pela Operação Lava Jato”, estabelecendo tentativas de articulação e negociação para as eleições de 2022, por parte das frações burguesas vinculadas à direita tradicional. Assim se conforma a nova candidatura de Lula, agora com Geraldo Alckmin – antigo opositor²⁵ – como vice-presidente, em uma chapa de ampla coalizão²⁶.

Botão (2023) trata dos interesses apresentados pelas frações burguesas industrial e agrária às candidaturas presidenciais durante o período eleitoral. Lula teve apoio de parte da indústria, bancos e do capital internacional, apoio expresso principalmente na mídia, e em alguns casos em cartas abertas pela democracia, assinadas por entidades burguesas como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (Botão, 2023). Até mesmo uma pequena parcela do agronegócio, majoritariamente base social/eleitoral de Bolsonaro, teve parte de seus representantes no apoio à candidatura de Lula,

²⁴ Vale e Passo (2021, p. 28-29) comentam a autorização do Banco Central para abertura ao capital estrangeiro durante o governo Bolsonaro.

²⁵ Tal junção, embora com a aparência de improvável, remete ao “petucanismo”, termo cunhado por Gilberto Vasconcelos (2014) acerca dos compromissos similares firmados pelos grandes partidos políticos brasileiros até 2016.

²⁶ Fontes (2022, n.p.) destaca que “o antifascismo mostrava uma força fenomenal, reduzindo os sectarismos e permitindo um encontro entre forças diversas”.

principalmente por citarem a necessidade de uma boa imagem do Brasil frente ao mercado internacional na gestão ambiental, o que é crucial para manter as exportações e um ambiente de negócios que garanta a lucratividade para o capital agroindustrial (Botão, 2023).

Tais apontamentos permitem inferir que a burguesia se reorganizou, ao final do governo Bolsonaro, em torno da candidatura de Lula, corroendo o espaço das frações que apoiaram Bolsonaro durante todo o seu governo, em especial as frações comercial e agrária. Os bancos nacionais e a indústria parecem recuperar forças no interior do bloco no poder, ainda que a hegemonia política ou restrita não tenha sido de fato quebrada durante esse período.

O terceiro governo de Lula iniciado em 2023 foi marcado por uma série de negociações relacionadas ao orçamento público e aos interesses extremamente diversos que permearam sua vitória eleitoral. Com uma votação apertada, eleito com 50,90% dos votos, Lula iniciou as negociações logo após o segundo turno das eleições. A mídia e a grande burguesia o pressionavam explicitamente por “responsabilidade fiscal” e outras demandas dessa natureza, já velhas conhecidas.

Salvador (2024) em análise pertinente acerca do Novo Arcabouço Fiscal (NAF)²⁷ – implantado no governo Lula 3, sob condução do ministro da Fazenda, Fernando Haddad – afirma que essa lei substituiu a EC 95/2016, a qual estabelecia um teto de gastos com baixas possibilidades de execução. Assim, “durante o ano eleitoral de 2022, várias medidas legislativas foram aprovadas, flexibilizando a regra constitucional do teto dos gastos” (Salvador, 2024, p. 10). O NAF surge nesse contexto, para responder às novas demandas colocadas pelo capital²⁸, mantendo os mecanismos que limitam a expansão dos gastos sociais no orçamento público, ao passo em que continua a priorizar o pagamento de juros e amortização da dívida pública (Salvador, 2024).

O autor explica, ainda, que o Novo Arcabouço Fiscal e seus dispositivos

obrigam que as despesas primárias do orçamento fiscal e da seguridade social da União fiquem abaixo do crescimento das receitas primárias em cada ano. Caso ocorra um excedente acima do previsto e após a obtenção da meta de resultado primário da União, a sobra poderá ser usada exclusivamente para as despesas com investimentos (Salvador, 2024, p. 11).

As diretrizes apresentadas remetem às limitações de investimentos públicos presentes

²⁷ Novo Arcabouço Fiscal (NAF) é o apelido da Lei Complementar 200/2023, a qual “institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico” (Brasil, 2023).

²⁸ De acordo com Salvador (2024, p. 10), “cabe registrar que a proposta não foi, em nenhum momento, discutida com a classe trabalhadora e com os movimentos sociais e sindicais. Os interlocutores preferenciais do Ministério da Fazenda, para além do Congresso Nacional, foram a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), além dos representantes do mercado financeiro”.

desde 2011, quando a taxa média de formação bruta de capital fixo passou a cair em relação ao período anterior, como já tratado anteriormente. Os prejuízos aos investimentos e às políticas sociais são justificados pela necessidade de cumprimento das metas de superávit primário, um instrumento que garante a segurança e confiança perante o capital financeiro, com relação à capacidade da economia nacional de “honrar seus compromissos” com o pagamento da dívida e seus juros. Esse aspecto tem especial relevância pois é mais um mecanismo utilizado pelo capital imperialista, que mantém as economias dependentes nessa condição.

Dessa forma, o aumento das receitas, que em geral variam de acordo com o PIB, não garante o crescimento do gasto público, e sim do superávit primário, “priorizando a referida estabilização da relação dívida pública/PIB” (Salvador, 2024, p. 14). Permanecem também as ameaças na hipótese da não obediência a tais orientações. Como destacado por Salvador (2024, p. 14), “caso o governo não realize o contingenciamento de gastos necessários para o cumprimento da meta de resultado primário e não obedeça às vedações previstas na LC 200/2023 incorrerá em infração contra a LRF”. Ademais, Bastos (2023, n.p.) evidencia que esse conjunto de medidas restritivas pode levar a economia à uma “espiral de baixo crescimento”, além de “ampliar o conflito distributivo entre beneficiários de rubricas do orçamento público, enfraquecendo a popularidade do presidente Lula”, o que implicaria novos elementos para análise da crise de hegemonia em um futuro próximo.

Toda essa digressão evidencia que a prioridade do governo segue a premissa pactuada com o Plano Real, que é assegurar a estabilidade econômica, mas também política e social (Ouriques, 2014). Se na análise de Pinto *et al.* (2019) o governo Bolsonaro apresenta um discurso “contra a ordem” e a valorização da instabilidade como atributo político, Lula sempre demonstrou apreço e competência na garantia da estabilidade, o que permite sua aprovação por parte da grande burguesia, incluída sua fração financeira hegemônica desde 1994.

Cabe ressaltar que a crise econômica demonstrou sinais de melhora, o que não significa que as condições de vida das classes subalternas tenham dado saltos qualitativos, mas que as condições para acumulação de capital estão mais favoráveis em relação ao período anterior, inclusive por conta dos vários ataques aos direitos e ao trabalho sofridos nos últimos anos. O Brasil foi a 6ª economia que mais cresceu até a metade do ano de 2024 (Carrança, 2024). Entretanto, a queda da taxa de desemprego²⁹, o crescimento do PIB e outros indicadores não

²⁹ “A taxa de desemprego no trimestre encerrado em julho recuou para 6,8%, com 7,4 milhões de desocupados. Este é o menor nível de desemprego registrado para o período desde o início da série histórica do instituto [IBGE], em 2012” (Carrança, 2024, n.p.). Todavia, devem ser observados os tipos e a qualidade dos empregos gerados, em especial após a contrarreforma trabalhista que impacta diretamente as formas de inserção no mercado de trabalho. De acordo com o Índice da Condição do Trabalho do DIEESE referente ao segundo trimestre de 2024, houve

necessariamente são atribuídos às decisões políticas, mas sim aos ciclos econômicos variantes e instáveis, característica estrutural do capitalismo que gera crises constantes para se reestruturar. Têm destaque os ajustes necessários para que o ciclo do capital nas economias dependentes assegure as taxas de lucro internamente e as transferências de valor ao exterior (Marini, 2012b).

A crise de hegemonia aberta em 2013, em sentido amplo, parece caminhar para um momento de novos arranjos sociais e recomposições burguesas, ainda que com as dificuldades de perpetuação da hegemonia no contexto de dependência e restrições fiscais que dificultam a conciliação de classes nos termos logrados nos anos 2000.

Considerações finais

O presente artigo buscou entender o papel da burguesia dependente na crise de hegemonia iniciada em 2013 no Brasil. Foram apresentados os pressupostos históricos e teóricos sobre dependência, hegemonia e bloco no poder, bem como as principais características da crise econômica pós 2008, articulando-a com a crise de legitimidade que abala a hegemonia burguesa e se estende até a atualidade.

A crise de hegemonia política ou restrita, no interior do bloco no poder, foi temporariamente resolvida, pois o governo Temer (2016-2018) unificou os interesses da classe dominante e os representou no Estado (em sentido restrito). No entanto, o golpe não foi capaz de resolver a crise de hegemonia social ou ampla, na medida em que a burguesia se unificou em torno dos interesses econômicos imediatos, mas não em torno de uma representação política que reestabelecesse uma direção para o conjunto da sociedade.

Tampouco durante o governo Bolsonaro essa crise de hegemonia é resolvida, pois as condições de vida da classe trabalhadora permanecem impactadas pelo alto desemprego, diminuição do poder de compra, aumento da pobreza e as dificuldades inéditas referentes à sobrevivência durante a pandemia da COVID-19. Destaca-se que as frações agrária e comercial, mais imbricadas ao capital imperialista e mais dependentes da superexploração da força de trabalho estiveram lado a lado ao governo por todo o período. A péssima gestão de Bolsonaro ao longo da crise sanitária abalou novamente o bloco no poder, cuja insatisfação de parte das frações burguesas com o governo federal levou a um agrupamento extremamente diverso em torno da candidatura de Lula em 2022.

elevação na Inserção Ocupacional (de 0,42 para 0,46), na Desocupação (de 0,70 para 0,78) e Rendimento (de 0,58 para 0,65). Contudo, de acordo com o documento, observou-se “piora na distribuição dos rendimentos do trabalho, o que prejudica o consumo das famílias, uma das poucas alavancas atuais do dinamismo da economia” (DIEESE, 2024, p. 2).

Tem destaque a utilização do Estado e seus instrumentos de política econômica, assim como as políticas sociais, por parte da burguesia dependente, que para se manter no poder e com altas taxas de lucratividade se aproveita de quaisquer oportunidades políticas. Os princípios democráticos podem ser flexibilizados de acordo com seus interesses econômicos imediatos. O capital imperialista, por sua vez, aponta dedos e faz sugestões, mas sem nunca deixar de receber sua parcela neste latifúndio.

A hegemonia social, em sentido amplo, continua demonstrando sinais de crise, e o retorno de Lula ao governo federal em 2023 elucida o pragmatismo e o oportunismo desta burguesia dependente, que se expressa em sucessivas recomposições do bloco no poder para garantir a manutenção da hegemonia burguesa e a sustentação do pacto de classes do Plano Real.

Referências bibliográficas

- ARUTO, Pietro Caldeirini. *Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais*. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Ciudad Universitaria, 1977.
- BARCELLOS, Tomás de Siervi. *Estado, padrão de reprodução do capital e crise no Brasil (1994-2016)*. Dissertação de mestrado – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas. Brasília, 2021.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Não existe alternativa? A terra é redonda*, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/nao-existe-alternativa/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOITO JR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BOITO JR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-23, e021009, 2021.
- BOTÃO, Gustavo Rocha. Reconfiguração do bloco no poder brasileiro e política externa: o que a burguesia interna quer de Lula? *Rev. Conj. Aust.* v.14, n.68, out./dez. 2023.
- BRASIL. *Lei Complementar nº 200*, de 30 de agosto de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.
- BRASIL. *Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- CARRANÇA, Thais. PIB sobe 1,4% no 2º tri: por que economia cresce, desemprego cai, mas percepção do brasileiro segue negativa? *BBC News Brasil*, São Paulo, 3 setembro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2kj22xv1xjo>. Acesso em: 10 set. 2024.
- DIEESE. *Boletim ICT-DIEESE*. Nº. 14. 2º trimestre de 2024. Outubro de 2024.
- FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Revista Crítica Marxista*, n.28, p.81-98, 2009.

- FONTES, Virgínia. Para enfrentar o fascismo precisamos de pauta comum, organização e comunicação. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 10 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/11/10/artigo-para-enfrentar-o-fascismo-precisamos-de-pauta-comum-organizacao-e-comunicacao>. Acesso em 03 out. 2024.
- FRANK, Andre Gunder. *Lumpenburguesia: lumpendesarrollo*. 3ª ed. México: Serie Popular Era, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IASI, Mauro Luis. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP - Instituto Caio Prado Jr., 2017.
- INDEX MUNDI. Minério de ferro Preço Mensal. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=min%C3%A9rio-de-ferro&meses=180>. Acesso em 01 out. 2024.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012a.
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 21-35.
- MARINI, Ruy Mauro. Estado de contrainsurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12 n. 3, 2018.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÁXIMO, Wellton. Barbosa: proposta de reforma da Previdência será enviada no primeiro semestre. *Agência Brasil*, 21 dez. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/proposta-de-reforma-da-previdencia-sera-enviada-no-primeiro-semester-diz#>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2014.
- PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Rev. SER Social*, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.
- PINTO, Eduardo Costa *et al.* A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, v. 1, n. 54, p. 107-147, 16 dez. 2019.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais do Estado capitalista*. Volume 2. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. *Revista Crítica Marxista*, n.27, p.105-127, 2008.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

- RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012.
- RIBEIRO, Isabela Ramos. *Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2020.
- ROCHA, Mirella. Crítica de uma morte anunciada: contribuições da TMD à análise da estratégia nacional-democrática e democrática-popular. *REBELA*, v.9, n.3. set./dez. 2019.
- SALVADOR, Evilasio. As consequências das renúncias tributárias no financiamento da seguridade social no Brasil. *Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 19, ano 03, maio de 2015.
- SALVADOR, Evilasio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. *Argumentum*, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6 -19, jan./abr.2024.
- SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. *Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014*. Washington DC, EUA: Center for Economic and Policy Research, 2015.
- SIMIONATTO, Ivete. Estado, contrarreformas e conjuntura brasileira. *Socied. em Deb.*, Pelotas, v. 24, n. 3, 04-12, set./dez. 2018.
- SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Econ. soc.*, Campinas, v. 21, n. spe, p. 909-941, dez. 2012.
- VALLE, André Flores Penha; PASSO, Octávio Fonseca Del. As frações burguesas e o governo Bolsonaro durante a pandemia da COVID-19 (2020-2021). *Rev. Práxis e Hegemonia Popular*, Marília, SP, v. 6, n. 9, p. 21-45, dez/2021.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Gunder Frank: o enguiço das Ciências Sociais*. Florianópolis: Insular, 2014.